

Fios para enlaçar os caminhos da estruturação da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) no Rio de Janeiro

Patrícia Teixeira Correa Aben Athar¹
Janie Garcia da Silva²
Rejany dos Santos Dominick³

Resumo: A Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência no Rio de Janeiro é um importante espaço de inclusão da cidade. Mas, como outros órgãos públicos, são poucos os registros de suas memórias. Visando tal resgate, realizamos conversas informais com profissionais e pesquisa em documentos. Levantamos fatos para ajudar a entender aspectos presentes no cotidiano da instituição. Dialogamos com princípios da pesquisa qualitativa exploratória e descritiva, estudo bibliográfico, consulta a documentos eletrônicos e ao Arquivo Municipal. Como narradoras de uma história pouco contada, buscamos participar de uma comunidade do discurso, diminuindo a distância entre grupos e possibilitando a constituição de comunidade da experiência. Dentre os resultados estão: resgate de aspectos religiosos e políticos, identificação de mobilizações sociais no Brasil e de movimentos internacionais para a inclusão das PCDs e da construção de políticas municipais recentes, nem sempre valorizadas para tal público-alvo. Concluiu-se que, entre avanços e retrocessos, ocorreram conquistas embora sejam necessárias medidas de democratização na gestão pública para que se forme uma comunidade de experiência no atendimento de qualidade.

Palavras-chave: Narrativa; pessoa com deficiência; comunidade da experiência; inclusão.

Threads to link the paths of structuring the Municipal Secretariat for Persons with Disabilities (SMPD) in Rio de Janeiro

Abstract: The Municipal Secretariat for People with Disabilities in Rio de Janeiro is an important space for inclusion in the city. However, like other public bodies, there are few records of its memories. Aiming at such a rescue, we conducted informal conversations with professionals and research in documents. We gathered facts to help understand aspects present in the daily life of the institution. We engaged with

¹ Professora de Extensão em Educação Especial do CEDERJ. Mestre Diversidade Inclusão, Especialista em Psicomotricidade e Atividades Físicas Adaptadas. Assessora da Gerência de Qualidade de Vida, Educação, Esportes e Cultura (GEQVEC) da SMPD. Pesquisadora do Grupo de Iniciação à Pesquisa (GIP-SMPD).

² Docente lotada no Instituto de Biologia/UFF, atua no ensino, pesquisa e extensão do Programa de Mestrado em Diversidade e Inclusão, com ênfase na linha 2- Interdisciplinaridade e Questões de Ensino.

³ Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Mestrado Profissional Diversidade e Inclusão (UFF-IBio). É editora da RevistAleph, que tem como categoria geradora as experiências instituintes. Coordenadora de projetos de pesquisa, ensino e extensão articulados à formação de professores e ao uso das tecnologias digitais. Membro do grupo de pesquisa em Didática, formação de professores e práticas pedagógicas (FORMAR).

principles of exploratory and descriptive qualitative research, bibliographic study, consultation of electronic documents, and the Municipal Archive. As narrators of a little-told story, we seek to participate in a community of discourse, reducing the distance between groups and enabling the constitution of a community of experience. Among the results are: the recovery of religious and political aspects, identification of social mobilizations in Brazil and international movements for the inclusion of PWDs, and the construction of recent municipal policies, not always valued for such a target audience. It was concluded that, amidst advances and setbacks, there were achievements, although measures of democratization in public management are necessary to form a community of experience in quality service provision.

Keywords: Narrative; people with disabilities; community of experience; inclusion.

Nós na trama

Há sempre a tentação de se buscar a “origem”, mas, como nos alertam Foucault (1990), Benjamin (1985) e Bourdieu (1996)⁴, há um sério equívoco em acreditar na possibilidade de se detectar linearmente o momento ou o ponto onde dizemos que ali está o começo. Vivemos em interações ecológicas. Nestas, não só o organizado conduz a vida. Estão também fortemente presentes os acasos, as fraturas, os cacos e alguns fios que tanto nos possibilitam as fugas como podem nos recapturar. Nossas produções interagem, provocando nossas percepções do mundo, nossas práticas corporais, levando-nos constantemente a ter de fazer opções, nas condições sócio-históricas nas quais somos produzidos e nos produzimos sujeitos⁵.

Os fios que tecem o percurso para a inclusão das pessoas com deficiência (PCD) têm marcas de segregação e exclusão impressas por pessoas e órgãos públicos no mundo inteiro, mas também de muita mobilização de pessoas e instituições para garantir uma vida digna. No Brasil não é diferente. Os movimentos sociais têm sido importantes agentes políticos para garantir leis, efetivação de direitos e acessibilidade em uma sociedade muito excludente. Conhecer aspectos das lutas políticas e culturais possibilita aprofundar laços, ajudando a construir uma história que respeite, de forma coletiva, a diversidade humana.

⁴ Referências citadas por Dominick: BENJAMIN, W. (1985) **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. SP: Brasiliense. BOURDIEU, P. (1996) **A ilusão biográfica**. Editado por AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. RJ: FGV, p. 183-91. FOUCAULT, M. (1990) **Microfísica do poder**. 9. ed. RJ: Graal.

⁵ DOMINICK, R. dos S. (2003). *Imagens - memórias vividas e compartilhadas na formação docente: os fios, os cacos e a corporificação dos saberes*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], D713i. Disponível: <[RepositórioUNICAMP-Rejany](#)>. Acesso: 25/11/2022.

Buscamos apresentar alguns aspectos que teceram a história da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) do Rio de Janeiro, órgão do executivo, que hora é recriado, hora é extinto, mas que é responsável por estimular, gerar e implementar políticas públicas para PCD na cidade.

Queríamos que os sujeitos que trabalham na SMPD se reconhecessem na estrutura burocrática, política e cultural da cidade, visando o entendimento e a inovação dos caminhos, das instruções e das ideologias governamentais que pareciam contraditórias com a perspectiva de uma sociedade inclusiva. Embora houvesse movimentos instituintes nos diferentes espaços, havia também orientações desencontradas devido, em especial, à entrada de dirigentes sem experiência com a cultura institucional. Em 2021 retomamos a pesquisa para atualização de alguns dados e a escrita desse artigo.

Baseadas em Benjamin⁶, as autoras ressaltam a existência de uma dimensão irrequieta da memória e afirmam que “o fagulhar das reminiscências é um importante recurso; não para restaurar um passado perdido, mas sim para fazer da memória um dispositivo de estranhamento do passado e do presente, acentuando virtualidades que não se atualizaram” (p.8).

Nesta perspectiva das autoras fomos seguindo pistas geradas pelas mudanças nos processos de trabalho do órgão municipal, pois queríamos conhecer para organizar ideias que eram percebidas, por nós, como soltas. Dialogamos com conceitos de memória e de movimentos instituintes, caminhando para compreender como sonhos, utopias e lutas poderiam ampliar a intensidade dos saberes. Queríamos contribuir na construção de caminhos que não abandonassem o “coração” das políticas de inclusão, mesmo com novas gestões e diretrizes políticas.

O estudo nasce das experiências profissionais, diálogos com pessoas relevantes na construção da SMPD e pesquisas documentais, pois inicialmente eram poucas informações referentes às linhas que tramaram políticas no Rio de Janeiro para a inclusão de PCDs. Para realizar tal resgate dialogamos com

⁶ LINHARES, C. e HECKERT, A. L. (2009). “Movimentos instituintes nas escolas: afirmando a potência dos espaços públicos de educação”. RevistAleph, n. 12, 22 set. Disponível: <[Vista do MOVIMENTOS INSTITUINTES NAS ESCOLAS: AFIRMANDO A POTÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO](#)>. Acesso: 02/12/2022.

princípios da pesquisa qualitativa exploratória e descritiva, estudo bibliográfico, consulta a documentos eletrônicos e ao Arquivo Municipal. Esse foi nosso caminho metodológico para a construção da pesquisa que conduziu à dissertação de mestrado em Diversidade e Inclusão⁷, na UFF. Esta visava ampliar a compreensão e sistematizar a trajetória do órgão e foi produzido um relatório entregue a gestores e profissionais da instituição.

O problema era que identificávamos falta de orientações escritas e de participação dos profissionais na elaboração das políticas, o que ampliava as dificuldades para o atendimento ao público. Múltiplas interpretações e, conseqüentemente, pouca geração de processos que conduzissem a efetividade da legislação federal, especialmente na prática dos professores de Educação Física, criavam conflitos de interpretação e de práticas.

Fomos em busca de identificar documentos, no setor gestor e gerador de políticas públicas da cidade, para compreender os vieses que foram delineando uma realidade contraditória e confusa. Se não entendemos os fios que nos constituem, como vamos compreender o que estamos fazendo hoje? Se isso é válido para os sujeitos, imagine para as instituições?

A busca e a memória

O contato inicial com a instituição se deu por meio de uma profissional de Educação Física que lá trabalha com pessoas com deficiência (PCD), desde 2008. Concursada para ser professora da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME), foi designada para a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Teve oportunidade de acompanhar parte das transformações do órgão que geraram projetos sociais instituintes e rupturas com os mesmos, dentre eles está o Programa da Reabilitação Social Baseado em Comunidade (1994 - 2015)⁸.

⁷ATHAR, P. T. C e DOMINICK, R. S. (2019). Relatório sobre o profissional de Educação Física no trabalho interdisciplinar do Eixo da Qualidade de Vida, Educação, Esporte e Cultura da Subsecretaria da Pessoa com Deficiência no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. CPG em Diversidade e Inclusão. Niterói, 118 f. Disponível: <[Dissertação de mestrado](#)> Acesso: 07/12/2023.

⁸ Para saber mais consulte: DA SILVA, L.; DE FARIA, V. M. Programa de Reabilitação Baseado na Comunidade. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 9, n. 43, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/fc192a9e-e8ee-4cf6-bd79-229483534425/content>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Segundo Fonseca⁹, o Programa de Reabilitação Social Baseada na Comunidade (RBC) era formado por equipes interdisciplinares de profissionais como: fisioterapia, terapia ocupacional, psicologia, fonoaudiologia, assistência social, esporte e lazer, que atendiam de forma itinerante nas comunidades do Rio de Janeiro, auxiliando os usuários e seus familiares.

Sabíamos que a memória deste programa tramava, e ainda trama, o cotidiano de alguns profissionais e usuários dos serviços oferecidos. Mas, entraram outros atores políticos que não compartilharam de tal projeto e que, ao chegarem ao órgão, traziam outras concepções. Tínhamos o desejo de que algumas vozes nos ajudassem a identificar valores, crenças, políticas locais e manifestações sociais.

No início da pesquisa, seguindo orientações de Bosi¹⁰, a profissional da instituição foi se aproximando com suavidade para ouvir histórias vividas. As buscas apontaram lacunas na produção e organização de documentos e ausência de registros científicos e públicos sobre os caminhos para a atuação na estrutura governamental. Nosso diálogo com Bosi incorporava a intenção de, no processo de pesquisa, ao mesmo tempo ser sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagava, procurava saber. Objeto enquanto ouvia e registrava, sendo um instrumento de receber e transmitir lembranças.

Bosi articula pensadores como Bergson, Halbwachs, Bartlett e Stern para nos ajudar a entender que a memória do indivíduo é o esforço que este faz para trazer à superfície o que estava imerso. A memória se explicita em narrativas e é preciso ter empatia para ouvir e articular com documentos e fatos. Encontramos como caminho de reconstrução da memória daquele espaço o que Lawrence Stone¹¹ busca explicitar no retorno às narrativas: “Muitos historiadores agora acreditam que a cultura do grupo, e mesmo a vontade do indivíduo, são, pelo menos potencialmente, agentes causais de transformação tão importantes quanto as forças impessoais da produção material e do crescimento demográfico”.

⁹ FONSECA, T. M. A. (2013). A incorporação da atenção à deficiência pela política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/DaFonseca.pdf>. Acesso: 10/05/2021.

¹⁰ BOSI, E. (1994). Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras. Disponível: <[MEMÓRIA E SOCIEDADE](#)>. Acesso: 03/12/2023.

¹¹ STONE, L. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história. Revista de História, n.2/3, IFCH, UNICAMP, 1991.

Importante informar que nenhuma das autoras é formada nos estudos historiográficos, mas como afirma Benjamin¹²: somos todos historiadores. Produzimos histórias ou relatamos fatos, registramos memórias, contamos histórias e preservamos acontecimentos do esquecimento. Estes podem ser recontados, podem nascer contra-argumentos e outras narrativas surgirem. O caminho percorrido, o movimento da pesquisa, brotou do embate entre a subjetividade do espírito e a exterioridade da matéria que se apresentou para nós como memória, mas que não apareceu de forma pura. A memória não é individual, ela é social e fruto do trabalho de refazer o percurso das experiências por meio de um diálogo entre vozes que narram o passado, mas não tal como ele aconteceu, pois há reconstruções feitas pelos sujeitos diante das possibilidades do presente. A narrativa é um processo através do qual é possível que ideias soltas e imagens externas se juntem e, quando assimiladas por um dado grupo social, possibilita que acontecimentos de uma localidade ou instituição seja tecida com certa segurança e pertinência, mas também que se apresentem as vozes que afirmam que “não foi bem assim”: um estímulo a construção de novas histórias. As vozes, os registros de jornal, algum material impresso, outros disponíveis on-line e a legislação também contribuíram para essa história que aqui contamos.

Inicialmente alguns informantes internos, com suas memórias da instituição, nos deram pistas para descoberta que nos conduziram ao caminho da análise documental visando tecermos um recorte da instituição e compreender como esta chegou ao ano de 2021.

Realizamos um entrelaçamento de fios visando identificar um “nascimento” da SMPD, visto que ela recebeu imóveis e profissionais advindos da fusão de diferentes entidades, foi criada devido a demandas federais, internacionais, mas também dos movimentos sociais. Experiências profissionais, interesses de pesquisa e a publicação “Rio: por uma cidade mais inclusiva”¹³ abriram caminhos para essa narrativa.

¹² BENJAMIN, W. (1985). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. SP: Brasiliense. V. 1. Disponível: [Obras escolhidas](#). Acesso: 23/11/2022.

¹³ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2008). "Rio: por uma cidade inclusiva". Secretaria da Pessoa com Deficiência: RJ/1ª edição.

Seguimos por um fio da pesquisa qualitativa exploratória e descritiva, por abranger critérios de historicidade e subjetividades¹⁴. Assim, realizamos levantamento bibliográfico, consultas eletrônicas ao site institucional e a outros, ao setor administrativo da SMPD e buscas ao Arquivo Municipal do Rio de Janeiro. Descobrimos materiais impressos (folder e publicações em jornais) que foram sendo trançados com as experiências dos profissionais para entrelaçar mais uma parte da memória desse importante órgão público municipal.

1. Até dezembro de 2020

A comunidade do discurso, tem por objetivo diminuir a distância entre grupos humanos¹⁵, particularmente entre gerações, e pode vir a se transmutar em uma comunidade da experiência, fundando a dimensão prática da narrativa, entrelaçando as diversas pessoas envolvidas no processo de construção e reconstrução institucional. Baseadas nessa ideia, tivemos algumas conversas informais, mas de modo comprometido com a comunidade do discurso do Programa da Reabilitação Social Baseado em Comunidade (1994 - 2015).

Seguindo pistas, compreendemos que o programa se mostrava inovador e com visão e atuação ampliada no espaço social, pois buscava “habilitar não só a pessoa com deficiência, mas a própria família e a comunidade, desconstruindo a concepção presente no imaginário popular de que essas pessoas são incapazes”¹⁶.

O programa nasceu praticamente com a FUNLAR (Fundação Lar Francisco de Paula), em 1994. A instituição através “de seus programas e unidades, passa a estar presente em quase toda a Cidade do Rio de Janeiro”¹⁷ atuando vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, atual Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS. A proposta era que as lideranças locais

¹⁴ YIN, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa do início ao fim. Penso Editora. Porto Alegre. RS.

¹⁵ BENJAMIN, W. (1985) **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. SP: Brasiliense.

¹⁶DE ALMEIDA, M. C. CAMPOS, G. W. S. Políticas e modelos assistenciais em saúde e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência no Brasil: análise de proposições desenvolvidas nas últimas duas décadas. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 13, n. 3, p. 118-126, 2002. [Políticas e modelos assistenciais em saúde e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência no Brasil: análise de proposições desenvolvidas nas últimas duas décadas](#) Revista de Terapia Ocupacional da USP. Em 16/06/2022.

¹⁷ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2008). "Rio: por uma cidade inclusiva". Secretaria da Pessoa com Deficiência: RJ/1ª edição.

apontassem para a equipe do RBC quem era e onde estava a pessoa e sua família que seria alvo das ações.

Com os dados, as equipes se organizavam e realizavam visitas domiciliares para o cadastramento das pessoas com deficiência e da família, como também levantavam as fragilidades existentes nos atendimentos de saúde e educação. Nas visitas, os profissionais ofereciam orientações, dentro do contexto interdisciplinar de saúde, e prescreviam os encaminhamentos para a rede de serviços locais. O objetivo era que o poder público se deslocasse até o usuário (pessoa com deficiência) dos serviços e a partir de tal levantamento, detectasse as necessidades e estratégias que estimulassem sua participação e inserção social.

No site institucional¹⁸ está dito que a história começa no Abrigo Francisco de Paula, em 1920. Em 1932, foi transformado em Lar Francisco de Paula. Em 1983 este foi municipalizado, passando a ser Fundação Francisco de Paula. Somente em 2007 a Fundação passou à condição de Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) pela LEI Nº 4595 (2007)¹⁹ e sua estrutura organizacional instituída pelo DECRETO Nº 28.887 (2007)²⁰.

Em 2017, pelo Decreto nº. 42.870²¹, a SMPD foi transformada em Subsecretaria da Pessoa com Deficiência (SUBPD). Em 2019, foi fundida à Subsecretaria de Inovação, tornando-se Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Tecnologia (SMDT), diretamente ligada à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Até o fim de 2020, quando houve troca da gestão municipal, a estrutura da SMDT era composta pelo Fundo Municipal de Amparo à Pesquisa do Município, pela Subsecretaria da Pessoa com Deficiência e a Subsecretaria de Inovação

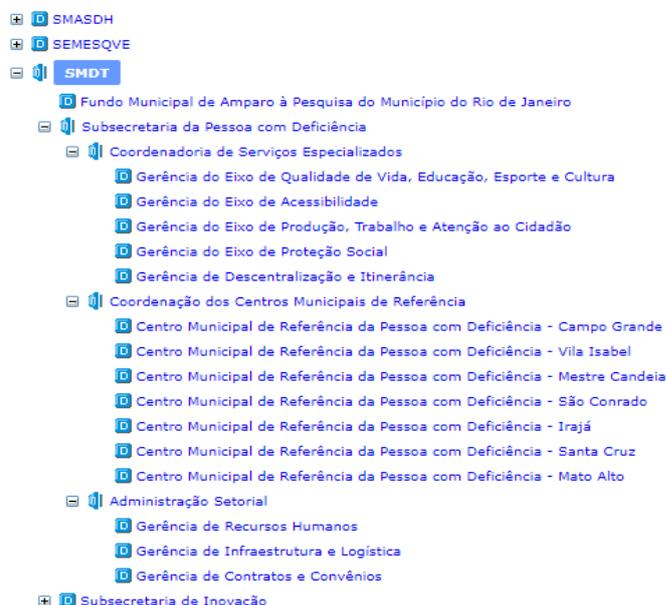
¹⁸Disponível em: <<https://smpd.prefeitura.rio/quem-somos/>> Acesso 18/07/2024.

¹⁹ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) (2007). Disponível em: <[Lei Ordinária 4595 2007 de Rio de Janeiro RJ](#)> Acesso em: 16 jul. 2022.

²⁰ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) (2007). Decreto 28887 de Rio de Janeiro RJ. Disponível em: <[institui a estrutura organizacional da secretaria municipal da pessoa com deficiência- smpd, e dá outras providências.](#)>. Acesso em: 16 jul. 2022.

²¹PCRJ (2017) SUBSECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DAS 10 A COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DAS 09 Decreto Rio No 42.870 de 03 de fevereiro de 2017 ORGANOGRAMA. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/documents/91285/cfcd4290-b02c-4583-9d49-f9502e7a2196>>. Acesso em: 18 jul. 2022. Organograma pode ser consultado em <<http://www.rio.rj.gov.br/documents/91285/cfcd4290>>

Figura 1. Órgãos internos da SMDT



Fonte: <SICI>. Acesso: 26/12/2020.

Apesar do estranhamento causado pela fusão de órgãos com competências tão distintas, a alegação do gestor municipal apontava para a diminuição dos custos da prefeitura. As competências da SMDT eram de:

Assessorar o Titular da Pasta na direção, coordenação e gestão estratégica do Órgão; participar da formulação das políticas e diretrizes da Subsecretaria em articulação com os demais órgãos; promover, socialmente, as pessoas com deficiência, através do fortalecimento da transversalidade nas ações dos órgãos municipais, interagindo, impulsionando e executando programas específicos, mediante a implementação de políticas públicas próprias²².

A SMDT contava com uma Coordenadoria de Serviços Especializados, uma Coordenação de Centros Municipais de Referência e uma Administração Setorial²³. O órgão passou por várias mudanças. E, em 2021, com a assunção de novo governo municipal, a estrutura foi mais uma vez transformada.

PCD: tramando fios para a visibilidade

²² (Fonte: <SICI>. Acesso: 27/12/2020)

²³ Uma das autoras trabalha no CIAD Mestre Candeia, ligado à Coord. dos Centros Municipais de Referência, em intersecção com o Eixo de Qualidade de Vida, Educação, Esporte e Cultura.

No Brasil, a invisibilidade é uma realidade na história das pessoas com deficiência²⁴. No século XIX, a PCD não era considerada cidadã. O costume era que fossem alienadas da convivência social, estigmatizadas e marcadas pelo isolamento, incapacitadas e subestimadas nos espaços da família ou em instituições de segregação e confinamento. Consta-se, no artigo 8º, inciso I, da primeira Constituição Brasileira²⁵, que a perda dos direitos de cidadania aconteceria com aquele que fosse “incapaz fisicamente ou moralmente”²⁶. Os séculos XX e XXI trazem algumas mudanças nesse entendimento e novas concepções foram sendo incorporadas às políticas públicas e aos órgãos de atendimento social.

É conhecimento comum entre os estudiosos da área da inclusão da PCD que, em 1854, foi criada a Fundação do Imperial Instituto de Meninos Cegos no Rio de Janeiro, atual Instituto Benjamin Constant (IBC). Em 1857, foi criado o Instituto de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Estas instituições públicas atendiam educacionalmente a população masculina com alguma deficiência. Aos demais, restava o viés médico ou caritativo, com pouco ou nenhum enfoque de escolarização²⁷ e que havia déficit de ações concretas do Estado e que isso conduziu a sociedade civil a criar organizações voltadas à assistência nas áreas de educação e saúde, tais como as Sociedades Pestalozzi, em 1932, e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE em 1954.

Após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil é marcado pela industrialização, grande fluxo de imigrantes europeus e alto índice de analfabetismo²⁸, o que levou o governo federal, situado na cidade do Rio de Janeiro, a estimular certa expansão

²⁴ MAIOR, I. M. M. (2018). “A política de inclusão da pessoa com deficiência como questão de direitos humanos”. Revista Científica de Direitos Humanos, 1.1. Disponível: <[Apolíticadeinclusãodapessoacomdeficiênciacomoquestão](#)>. Acesso: 03/12/2023.

²⁵ BRASIL. Constituição de 25 de março de 1824. [Base Legislação da Presidência da República - Constituição de 25 de março de 1824](#). Em 17/07/2022.

²⁶ MOISÉS, R. R.; STOCKMANN, D. (2020). “A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos”. History of Education in Latin America-HistELA, 3:e20780-e20780. Disponível: <[Apeessoacomdeficiêncianocursodahistória](#)>. Acesso 29/11/2023.

²⁷ FONSECA, T. M. A. (2013). A incorporação da atenção à deficiência pela política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8444/1/TatianaMDaFonseca.pdf>>. Acesso: 10/05/2021.

²⁸ MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995. [Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional | São Paulo; s.n; 1995. 387 p.](#). Em 12/06/23.

do ensino público, de iniciativas de associações de classe, das indústrias e de entidades religiosas e, neste viés, é que entra em nossa narrativa a Associação Espírita Abrigo Francisco de Paula.

Criada em Vila Isabel como uma instituição filantrópica de direito privado para abrigar meninas desassistidas, em 23 de setembro de 1920²⁹, foi mantida por doações de seus associados. Em 1932 passa a funcionar como Lar Escola Francisco de Paula, pois buscava atender às novas exigências nacionais da industrialização que incentivavam a escolarização. Devido ao aumento de demanda por matrículas, o Lar passou a funcionar como escola-internato para crianças órfãs ou de famílias de baixa renda.

A popularização da escola primária, de fato, só ocorreu como política pública e com algum financiamento governamental a partir do chamado movimento Escolanovista, gerado pelos denominados Pioneiros da Educação Brasileira, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, na década de 1930, que implementaram um projeto liberal para estruturar e expandir as escolas públicas, incluindo negros e mulheres.

Mas, as mudanças na educação brasileira não incluíram todos, pois a escolarização e o atendimento das pessoas com deficiência não eram considerados uma prioridade do estado. A preocupação era com as reformas na educação da pessoa normal³⁰. O Lar Escola Francisco de Paula foi criado para ajudar no esforço de escolarização brasileira como uma instituição de caridade e não identificamos registros de atendimento a PCD em suas primeiras décadas. O próprio sistema educacional era visto como deficiente, como podemos identificar nos Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, e dos Educadores, de 1959³¹.

Em 1947, a procura por vagas no Lar aumentou, estimulando a construção de um prédio de seis andares, em Vila Isabel, com recursos angariados por festas

²⁹ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2020). Conheça a Secretaria. Documento da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Disponível: <[Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPD – Portal Carioca Digital](#)>. Acesso: 06/12/2023.

³⁰ MIRANDA, A. A. B. (2008). “Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico”. Cadernos de História da Educação, v. 7. Disponível: <[EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO](#)>. Acesso: 11/11/2023.

³¹ AZEVEDO, F. de A. et al (2010). Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 122 p. (Coleção Educadores). Disponível: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso: 01/12/2023.

e doações. Somente houve adaptações posteriormente para pessoas com deficiência³².

Em 1955, verifica-se a retirada da palavra “abrigo” do nome da instituição, que passa a ser denominado Lar Escola Francisco de Paula, visando seguir instruções do Departamento Nacional das Crianças.

A legislação obrigou as instituições filantrópicas que atendiam crianças carentes a fazerem alteração nas designações como abrigo, asilo, entre outros. Constata-se uma certa mudança de valores sociais associados à atenção daqueles mais necessitados, mas isso não significou a criação de estrutura para financiar tais instituições.

O sustento do Lar se dava predominantemente por meio de contribuições de caridade de pessoas religiosas, de festas e bazares para arrecadar recursos em prol dos necessitados, como acontecia com lar de idosos e outros desvalidos.

Um exemplo disso é a caravana simbólica dos Reis Magos, que seguia conduzida por burros, pajens e membros da comunidade. Desfilava pelos bairros de Vila Isabel e Tijuca para entregar presentes às crianças do Lar Escola Francisco de Paula e do Nosso Lar, sensibilizando a população para que fizessem doações

Figura 2 - Movimentos para caridade

OS REIS MAGOS DESFILARÃO AMANHÃ À TARDE NA TIJUCA E EM VILA ISABEL
Praça Saenz Peña, Rua Barão de Mesquita e Avenida 28 de Setembro, os principais logradouros a serem percorridos pela caravana simbólica — Orfeões escolares cantarão à passagem do séquito real — Distribuição de presentes às crianças do “Nosso Lar” e “Lar Francisco de Paula”

Amanhã, a partir das 14 horas, a caravana simbólica dos Reis Magos desfilará pelos bairros de Tijuca e de Vila Isabel. Os participantes sairão de Vila Isabel, na Avenida 28 de Setembro, e passarão por algumas ruas de seus bairros, o belo cortejo. À frente, irão os anjos montados em cavalos brancos, anunciando, com os seus clarins, a passagem do seqüito real. A seguir, os três Magos — Baltazar, Gaspar e Melchior — montados em camelos. Pajens caminharão ao lado dos animais. Encermando o desfile, as comitivas reais constituirão, cada uma, de escravos conduzindo burros que transportarão em suas cangalhas, cestas com presentes para as crianças.

ITINERÁRIO
O cortejo percorrerá as seguintes ruas no sábado 15, amanhã: Rua Desembargador Leôncio Freire Saenz Peña, Rua Major Avila, Rua Barão de Mesquita, Rua Comarca, Belfort, Rua Teodoro da Silva, Rua Fátima Nunes, Avenida 28 de Setembro, Rua Souza Franco e, finalmente, Rua Correta de Oliveira.

DISTRIBUIÇÃO DE BRINQUEDOS
Infelizmente, razões técnicas impediram que a caravana simbólica dos Reis Magos “Lar” e “Instituição Nosso Lar”, os Magos e comitivas viajarem com presentes à volta de

Magos irá no sábado próximo, 22, as Laranjeiras e Botafogo, desfilando por algumas de suas ruas. Esta é a penúltima desfile do presente ano, uma vez que na terça-feira, 23 de dezembro, os Magos farão sua última peregrinação à procura do presépio. Neste dia, encontrarão no morro de Santo Antônio, no Largo de Carlos, o presépio ao vivo que a Cordeira do Brasil oferecerá também à cidade, às 21 horas do dia 25 de dezembro.

SERVICÓ DE AUTO-FALANTES
Colaborando com a iniciativa do Correio da Manhã, o Laboratório do Grupo dos Colaboradores do Diálogo, Dr. Zilberto de Magalhães Castro, pôs à disposição dos responsáveis pela caravana simbólica, a camioneta do Grupo, equipada com auto-falantes. Este veículo, a partir de amanhã à tarde, percorrerá as ruas da Tijuca, Vila Isabel e Andaraí, dando, em detalhe, o itinerário do seqüito dos Magos.

DENEGADA SEGURANÇA AOS ARMADORES
Permanece a portaria do ministério

O Tribunal Federal de Recusar, em sessão de ontem, negou o mandado de segurança impetrado pelos armadores do Rio de Janeiro, que

Os Magos montados em seus camelos, desfilarão pelos dois bairros populares da zona Norte, amanhã, a partir das 14 horas

Fonte: Correio da Manhã, <<https://cutt.ly/Rnger0X>> (14/12/1956).

Movimentos sociais encabeçados por entidades religiosas e por mães,

³² PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2008). "Rio: por uma cidade inclusiva". Secretaria da Pessoa com Deficiência: RJ/1ª edição.

especialmente, eram dominantes para a viabilização das entidades. O Correio da Manhã³³, mais uma vez, se envolveu em campanha solicitando ajuda à população para as instituições de caridade (Figura 3). Fica explícita uma gama de entidades ligadas a diferentes matrizes religiosas presentes no Rio de Janeiro.

Figura 3: Movimentos religiosos e o Lar Escola.

Visite no Dia de Reis um asilo ou orfanato

Dia 6 de janeiro, como se sabe, é o "Dia de Reis" e, por conseguinte, a data mais propícia para se presentear alguém, principalmente as crianças pobres, pois faz lembrar aquela bela passagem histórica em que três reis do Oriente, saíram das suas longínquas terras somente para adorar e presentear a um pobre Menino nascido numa mangedoura, no interior de uma gruta de Belém.

Levando uma palavra de consolo, de conforto moral ou um presente ao pequeno orfão que se encontra asilado em uma das nossas casas de assistência social, sem desfrutar, pois, do aconchego de um lar próprio, nós, brasileiros, estaremos cumprindo honrosamente com o nosso dever de bons cidadãos, ao mesmo tempo em que estaremos dando um relevante exemplo de altruísmo e de fraternidade aos povos estrangeiros, principalmente aos da América Latina e àqueles que ora nós visitamos.

O *Correio da Manhã*, com o objetivo de unir a alegria com que as crianças asiladas recebem tais visitas, à importância que se deram, em massa, no dia esse exemplo representativo apelando para o povo, por intermédio dos Reis Magos, para que se dirijam, em massa, no próximo dia 6, quarta-feira, às casas de assistência social, levando algo às crianças internadas.

Agora, aproxima-se esse grande dia e o povo, estamos certos, afluirá aos asilos, orfanatos, abrigos, hospitais, patronatos e demais casas de assistência social, levando algo às meninas e aos meninos internados, que tanto necessitam do seu apoio e da sua atenção carinhosa.

A fim de que o leitor possa escolher a instituição a visitar, passamos a relacionar algumas daquelas que se prontificaram a ficar de portas abertas no próximo dia 6, quarta-feira, "Dia de Reis", esperando pela sua visita às crianças internadas:

EM BOTAFOGO — Asilo da Misericórdia — Rua São Clemente, 446.

EM LINS VASCONCELOS — Instituto Macedo Soares — Rua Aquidabã, 540.

NO MEIER — Asilo Jesus Nazareno — Rua Carolina Machado 1.682; Asilo N. S. de Pompéia — Rua Cirne Maia, 109; Casa de Lucélia — Rua Carolina Santos, 47; Casa de Lázaro — Rua Torres Sobrinho, 87; Lar dos Menores do Exército da Salvação — Rua Garcia Redondo, 103; Lar Thezeza Cristina — Rua Lopes Cruz, 448; Patronato de Menores — Rua Engenheiro Brotero, 26.

EM LARANJEIRAS — Asilo São Cordeiro — Rua do Catete, 6; Fundação Romão Matos Duarte — Rua Marquês de Abrantes, 48; Orfanato Presbiteriano — Rua Pereira da Silva, 512; Orfanato da Providência — Rua Basílio da Silva, 159.

EM RIO COMPRIDO — Abrigo Olimpia Balém — Rua Félix da Cunha, 84; Orfanato N.S. de Nazaré — Rua Doutor Agra, 115.

EM SÃO CRISTÓVÃO — Solar Bezerra de Menezes — Campo de São Cristóvão, 402; Educandário Gonçalves de Aratijo — Campo de São Cristóvão, 310; Orfanato D. Helder Câmara — Rua Eduardo Prado, 18.

NA TIJUCA — Abrigo Theresza de Jesus — Rua Ibituruna, 53/91; Asilo Isabel — Rua Mariz e Barros, 612; Casa de Jacyrá — Rua Hadock Lóbo, 400; Orfanato Santa Rita de Cássia — Rua Barão de Mesquita, 627; Orfanato Francisco Santa Família — Rua Hadock Lóbo, 58.

EM VILA ISABEL — Educandário Sagrada Família — Rua Luís Barbosa, 82; Instituto Nosso Lar — Rua Theodoro da Silva, 240; Lar Escola Francisco de Paula — Rua Senador Nabuco, 14.

Reis Magos que não é lenda importada encerra uma tradição puramente cristã

"A nossa opinião sobre a iniciativa desse matutino de levar os Reis Magos às casas de assistência social só pode ser, e naturalmente é, a mais favorável possível, pois a ação que objetiva dar às crianças, noções, ao vivo, de fatos e personagens históricas, dentro dos princípios mais puros do cristianismo, só pode merecer louvores por parte do povo, além do apoio integral por parte das autoridades" — foram as palavras iniciais proferidas, ontem, à nossa reportagem, pelo sr. José Gonçalves de Mello, presidente do Abrigo Theresza de Jesus, instituição localizada na Rua Ibituruna, 53, que receberá, hoje, às 10 horas, a visita das simbólicas figuras de Melchior, Gaspar e Balthazar, as quais, na ocasião, darão presentes às crianças asil internadas.

ADMIRAÇÃO

E prosseguiu: "Iniciada há três anos atrás, hoje, já é considerada vitoriosa essa iniciativa do Correio da Manhã, que com tanto interesse temos acompanhado, nas suas peregrinações, e com grande simpatia temos observado a sua fidelidade para despertar a população para a visita às casas de assistência social, como esse movimento que este jornal vem empreendendo por intermédio dos Reis Magos, que têm como principal escopo o de visitar asilos e orfanatos e dar presentes e brinquedos aos pequeninos."

SENTIDO MAIS HUMANO

Finalizando, assinalou o presidente do Abrigo Theresza de Jesus que "enquanto naquela época os chamados Reis Magos levavam presentes no Menino-Deus, como medida de reverência e adoração, a Caravana atual, em homenagem, pois, àquele acontecimento histórico, procura levar presentes às crianças que estão internadas em abrigos e asilos e que, por conseguinte, são credores de toda manifestação de carinho, de todos os elementos da sociedade". E concluiu o sr. José Gonçalves de Mello: "Destarte, os promotores desse altruístico movimento estão de parabéns, pois, além de tudo, estão dando um sentido mais humano e objetivo à tradição cristã, em torno do nascimento de Jesus, e das homenagens que todos lhe devemos."



Fonte: Correio da Manhã, < <https://cutt.ly/kngodTV> > (03/01/1960).

Como é possível inferir, a situação financeira das obras de caridade era precária e insegura, independentemente da fé professada. O pedido sistemático de doações indica uma recorrente falta de recursos e as instituições estavam sempre em risco de fechar devido à crise financeira.

Os fios da Legião Brasileira de Assistência (LBA), criada em 1942, para dar assistência aos soldados que retornavam da Segunda Guerra Mundial, também se enlaçam com a SMPD.

A LBA foi criada para atender às especificidades de pessoas que retornavam

³³ CORREIO DA MANHÃ. Biblioteca Nacional Digital. /BND/CdM. Disponível: <[Colecãodigitaldejornaiserevistasdabibliotecanacional](https://colegiãodigitaldejornaiserevistasdabibliotecanacional)>. Acesso: 20/11/2023.

amputadas e com outras lesões da guerra e suas famílias. Foram ampliadas políticas sociais efetivas e articuladas pelo governo federal para integrá-las na sociedade³⁴.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁵ conduziu o governo a observar a necessidade do desenvolvimento equilibrado e a formular políticas que promovessem os Direitos Humanos de PCD, a partir de princípios universais, valorizando a diversidade.

A LBA é um marco da assistência social no Brasil e foi idealizada, sobretudo, para o trabalho feminino voluntário³⁶. Teve a primeira-dama, Darcy Vargas, como seu principal expoente articulando um discurso com forte apelo moral, cristão, filantrópico e benemérito visando atingir o objetivo inicial da instituição que era o de prover as necessidades das famílias cujos chefes tinham sido mobilizados para a guerra³⁷.

As sedes, inicialmente, eram no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas posteriormente se espalhou pelo Brasil. Foi construído no centro do Rio de Janeiro um edifício sede que ganhou seu nome: Edifício Darcy Vargas. Com a extinção da LBA, em 1º de janeiro de 1995, parte de seu patrimônio ficou à deriva.

Este fio por nós é puxado visto que o DECRETO Nº 1.686 de 26 de outubro de 1995³⁸, que extinguiu a LBA, também autorizou que parte de seu acervo, que era federal, fosse doado aos estados, distrito federal e municípios.

O objetivo inicial e central da LBA vai sendo entrelaçado ao processo de feminilização da filantropia, organizado a partir do trabalho voluntário feminino e de projetar as esposas das elites locais no combate aos males relacionados à pobreza, articulado pelo discurso da união da família pelo protagonismo feminino.

Após o fim da guerra, a LBA passou a prestar assistência em 26 Estados da

³⁴ SASSAKI, R. K. Nada sobre nós sem nós: da integração à inclusão. Rev. Nac. Reabil, v. 10, n. 57, p. 8-16, 2007. Disponível: [NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS: da integração à inclusão](#). Acesso: 16/07/2023.

³⁵ UNICEF (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso: 16/07/2023.

³⁶ BARBOSA, M. T. (2017). Legião Brasileira de Assistência: o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Disponível: [Legião brasileira de assistência \(LBA\): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra \(1942-1946\)](#). Acesso: 07/01/2022.

³⁷ IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez, 1982.

³⁸ BRASIL. Decreto Nº 1.686, de 26 de outubro de 1995. Planalto: disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil>. Em 16/07/2022.

Federação e no Distrito Federal, com poder de ação independente dos governos estaduais e municipais³⁹.

Havia doações de cadeiras de rodas, pernas mecânicas, muletas, aparelhos auditivos etc. O atendimento às crianças com Síndrome de Down e o Programa de apoio à pessoa *portadora* de deficiência somente aconteceu tardiamente⁴⁰, mas se inscreve dentro das suas ações.

Outra entidade importante é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, essa sociedade civil é um movimento dos pais e tem natureza filantrópica, cultural, educacional e assistencial.

No Brasil, até muito recentemente, a PCD e os idosos não eram prioridade de políticas e verbas públicas. Uma ínfima parcela da população era atendida, refletindo a desigualdade social na qual estava constituída nossa sociedade⁴¹.

Foram criadas as Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão e Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (Decreto nº 48.961, de 22 de setembro de 1960)⁴². Ambas destinadas a promover a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional de crianças e outros deficientes mentais, mas sempre com pedidos de doação e embasadas no trabalho voluntário.

Nesta época, a prefeitura do Rio de Janeiro, o Governo do Estado da Guanabara e o Governo Federal habitavam a cidade do Rio de Janeiro em espaços que, muitas vezes, eram compartilhados, embora com verbas distintas, mas com competências que se sobrepunham. Na reportagem a seguir podemos identificar que abordam o “poder público”, mas qual deles?

Apesar da mobilização social e engajamento de religiosos, a questão da falta de financiamento é crônica. No 13 de setembro de 1960, a versão do Correio da

³⁹ SPOSATI, A; BONETTI, D. A. YAZBEK, M. C. FALCÃO, M. C. B. (2008). A assistência na trajetória das políticas públicas brasileiras: uma questão em análise. 10 Editora, São Paulo: Cortez.

⁴⁰ FONSECA, T. M. A. (2013). A incorporação da atenção à deficiência pela política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8444/1/TatianaMDaFonseca.pdf>>. Acesso: 10/05/2021.

⁴¹ MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995.

⁴² BRASIL (1960). Decreto nº 48.961, 22 de setembro. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Recuperado. Disponível: <[Legislação Informatizada - Decreto nº 48.961, de 22 de Setembro de 1960 - Publicação Original](#)>. Acesso: 28/11/2023.

Manhã, no jornal Correio Brasileiro, publica matéria em que expressa a cobrança da sociedade aos poderes públicos pelas subvenções que deveriam ser repassadas para a manutenção do Lar Escola Francisco de Paula

Figura 4: Dificuldades no Lar Escola Francisco de Paula

A QUESTÃO DA CARIDADE

Subvenções não pagas criam dificuldades assistenciais às crianças do Lar-Escola

Amparar a criança necessitada, prestando-lhe toda forma de assistência, inclusive a educacional, é o objeto principal do Lar Escola São Francisco de Paula, que não vem, entretanto, merecendo do Poder Público o apoio que lhe dá a iniciativa privada desde o ano de 1932, quando uma entidade espírita, sob a proteção daquele santo padroeiro, fundou a instituição, hoje numa bela sede na Rua Correia de Oliveira, em Vila Isabel. Lá estão, recebendo cuidados de orientação psicopedagógica, cinquenta crianças que dezoito mil sócios, que pagam de 5 a 20 cruzeiros mensais, mantêm sob elogiável padrão de dignidade. E poderiam lá estar mais duzentas, como comporta a capacidade do Lar Escola, se a União e o Estado amparassem financeiramente a instituição.

cial da Secretaria de Saúde e Assistência.

d) Cinquenta mil cruzeiros constante do Orçamento vigente do Ministério do Trabalho para ser pago pela LBA.

e) Setenta mil cruzeiros, referentes a 1959, constante do orçamento do Ministério da Educação (Adendo "B" Extra), havendo, ainda, no mesmo Ministério, duas outras subvenções de 1959, uma de 20 mil e outra de 50 mil cruzeiros.

f) Setenta mil cruzeiros (extraordinário), constante no orçamento do Ministério da Justiça e referente ao ano de 1959 (uma verba de 20 e outra de 50 mil). Mais 100 mil cruzeiros

(Continua na 11a. página)

CARLOS CHAGAS FILHO LAUREADO NA PESQUISA CIENTÍFICA

Fonte: Correio da Manhã, <<https://cutt.ly/dngrQ78>> (13/09/1960)

Figura 5: Na continuação da reportagem acima, a questão da caridade

A questão da caridade...

(Continuação da 2.ª pag.)

(ordinária) referente a este ano (uma verba de 75 mil) — processo n.º 28060/60, e outra de 25 mil — processo n.º 141551/60.

REGIME DE INTERNATO

É de internato o regime assistencial do Lar Escola; a diretoria, entretanto, cogita de uma nova orientação, nos moldes da Casa da Criança, onde os pais ou responsáveis levam as crianças necessitadas, pela manhã e à noite vão buscá-las. Esse método tem a virtude de fazer com que a criança se mantenha integrada na sua família. Não obstante o internato, moças lá abrigadas estudam fora. É "sui generis" a instituição: as internas (só meninas, de idade mínima de 4 anos) têm apartamento confortável como um domicílio comum, e cada uma delas é uma dona-de-casa em formação, que começa no jardim-de-infância e acaba no curso universitário.

Dispondo de todos os requisitos indispensáveis a uma modesta instituição educacional e assistencial, o Lar Escola São Francisco de Paula não conta com o auxílio do Poder Público na medida justa, excetuando-se da quase omissão a Campanha Nacional da Criança, que anualmente lhe concede ajuda.

Como as demais instituições que vimos focalizando o Lar Escola ainda não recebeu, este ano, um só centavo de subvenção federal ou estadual.

Fonte: Correio da Manhã, <<https://cutt.ly/Ingr2FU>> (13/09/1960).

Figura 6: Freiras Católicas e Lar Espírita.



Fonte: Correio da Manhã, <<https://cutt.ly/kngiMbU>> (24/05/1967).

Os movimentos sociais apontam negligência do Poder Público⁴³. Denunciavam a falta dos repasses da União (dentre eles da LBA, Ministério da Educação e Ministério da Justiça) e do Estado (Secretaria da Saúde e Assistência) ao Lar Escola Francisco de Paula, como indica a continuação da reportagem (Figuras 4 e 5). Era um período relativamente democrático no Brasil e onde a imprensa tinha uma certa liberdade de expressão para denunciar a falta de

⁴³ LANNA, J. M. C. M. (2010). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 443p: il. 28X24 cm.

efetivação de políticas públicas.

Identificamos que no começo dos anos 60, no mesmo endereço do Lar Escola Francisco de Paula passou a funcionar o “Centro de Referência da Criança Deficiente”, mas tinha a gestão de freiras. O “poder público” não interferia e a entidade espírita cedeu espaço para que sete freiras realizassem um trabalho com crianças deficientes. Estas negavam qualquer ligação com as atividades realizadas no Lar Escola, conforme reportagem do Correio da Manhã (Figura 6).

Assim passaram a funcionar duas instituições no prédio de Vila Isabel, o Lar Escola Francisco de Paula, um educandário gerido por espíritas, e o Centro de Reabilitação da Criança Deficiente, administrado por católicos. Constata-se, então, a existência de atendimento para crianças com deficiência desde a década de 1960. Neste, eram atendidas crianças de até 12 anos⁴⁴ com distúrbios da fala, marcha, aprendizado e atividade da vida diária⁴⁵, em regime de semi-internato.

No ano de 1960 a capital federal se muda para Brasília e em 1964 temos um golpe cívico-militar e a sociedade civil não mais pode atuar de forma plena, pois o Ato Institucional nº 5 fechou o Congresso Nacional, cassou deputados⁴⁶, silenciou a imprensa, perseguiu, prendeu, torturou e assassinou muitos que se colocavam como críticos à ditadura. Convivemos com tal situação por cerca de 20 anos.

Sob o regime ditatorial no Brasil destacam-se: o Decreto nº 72.425 de 04/07/1973⁴⁷, do Poder Executivo Federal, criando o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Foi transferido o acervo financeiro, pessoal e patrimonial dos Institutos Benjamin Constant (IBC) e Nacional de Educação de Surdos (INES) para

⁴⁴ Correio da Manhã (9/04/1967). Disponível em < <https://cutt.ly/pngonqa>>, Acesso: 27/01/2021.

⁴⁵ Correio da Manhã (5/02/1967). Disponível em: <<https://cutt.ly/Zngom7p>>. Acesso: 27/01/2021.

⁴⁶ [...] o pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, na Câmara, nos dias 2 e 3 de setembro, lançando um apelo para que o povo não participasse dos desfiles militares do 7 de setembro e para que as moças, "ardentes de liberdade", se recusassem a sair com oficiais. Na mesma ocasião, outro deputado do MDB, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no *Correio da Manhã* considerados provocações. O ministro do Exército, Costa e Silva, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional, declarou que esses pronunciamentos eram "ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis". [...] No dia seguinte foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus. [...]. No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República (Maria Celina D'Araujo, disponível em CPDOC, [AI-5. O mais duro golpe do regime militar | CPDOC](#) (Acesso: 03/01/21).

⁴⁷BRASIL. Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973. Poder Executivo Federal. [Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973](#). Em 16/06/2022.

o centro. Houve a criação de instituições públicas voltadas ao atendimento a PCDs dentro do enfoque da Educação Especial⁴⁸, cujos atendimentos aconteciam mediante contrato, possibilitando o repasse de verba pública às entidades de assistência social da sociedade civil, por convênio com o município.

O Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, que reuniu várias outras instituições, nasceu em 1974. Após três anos, foi transformado em Sistema Nacional de Assistência e Previdência Social (SINPAS) e foram incorporadas mais outras três instituições⁴⁹.

A Portaria Interministerial MEC/MPAS/LBA nº 477 de agosto de 1977, estabeleceu competências do Ministério da Educação (MEC), Ministério da Previdência e Assistência Social (doravante MPAS) / Instituto Nacional de Seguridade Social, doravante INSS, da LBA (Legião Brasileira de Assistência) com relação ao atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência. A LBA ficou responsável por financiar serviços de reabilitação e, por meio de portarias e instruções normativas, regulamentou o assunto instituindo os seguintes programas: Prevenção e Estimulação Precoce, Habilitação e Reabilitação, Distúrbio de Comportamento, Bolsa Manutenção.

É notável que durante esse período, a LBA recebeu verba, relevância nacional e foi abrigada em diferentes ministérios, sendo comandada pelas primeiras-damas dos presidentes e governadores que não eram eleitos. Sobreviveu pouco e após o período de redemocratização sua extinção gerou repasses controversos de seu patrimônio para órgãos federais, aos estados e municípios. Em um dos imóveis mais emblemáticos da instituição, edifício Darcy Vargas, no Rio de Janeiro funcionou, por mais de 10 anos, o Palácio das ONGs que, em 2013, recepcionava 32 entidades⁵⁰.

O espaço foi cedido pela Secretaria de Estado de Assistência Social⁵¹ (Ministério da Previdência), inicialmente, à 28 entidades e possibilitou, no Rio de Janeiro, a organização política para a busca de efetivação dos direitos que estavam

⁴⁸ FONSECA, T. M. A. (2013). A incorporação da atenção à deficiência pela política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8444/1/TatianaMDaFonseca.pdf>>.

⁴⁹ A LBA, a FUNABEM, a CEME e a DATAPREv no primeiro momento. Logo a seguir: INPS, o INAMPS e o IAPAS.

⁵⁰ Disponível em <https://globo.com/rio/predialvodedisputaongsgoverfed7510840>. Consulta em 20/11/2020.

⁵¹ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u32221.shtml>. Consulta em 20/11/2020. No espaço funcionavam a Secretaria de Trabalho do Governo do Estado, parte da Fundação Leão 13 e o Centro de Referência e Estudos da Assistência Social.

garantidos na Constituição Cidadão (1988) e na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

A assistência social e destinação de verba regular para tal se torna um dever do Estado e um direito do cidadão, regularizando a política de mínimo social que “foi implementada através de benefícios continuados de um salário-mínimo para idosos e portadores de deficiência física (renda familiar de ¼ do salário-mínimo per capita)”⁵².

A Lei Orgânica de Assistência Social (1993), juntamente com o Decreto Federal nº 3298/99⁵³, de 20 de dezembro de 1999, regulamentaram aspectos da Constituição de 1988 e reafirmando direitos de cidadania e deveres do Estado. Os entes federativos que já tinham órgãos de assistência social que ainda eram marcados pelo assistencialismo, voluntariado ou por ações isoladas e pontuais deveriam realizar mudanças na gestão de órgãos públicos gerando políticas sociais voltadas à universalização dos direitos sociais, com gestão democratizada, descentralizada e profissionalizada.

No Brasil, entre 1976 e 1981, lutas sociais mobilizaram gestores públicos para conscientização dos diversos segmentos da sociedade sobre a necessidade de atendimento público especializado para as PCD. Os movimentos sociais se fortalecem em razão do Ano Internacional das Pessoas Deficientes⁵⁴ e o processo de redemocratização política no Brasil foi um forte impulsionador das discussões sobre tais direitos. A população voltar a poder expressar suas opiniões. Houve retomada da ação dos movimentos sociais e eleições, negociações e confrontos envolvendo sociedade civil organizada, agentes sociais, parlamentares e governos. Para que políticas sociais, princípios doutrinários e organizativos democráticos, de descentralização, equidade e complementaridade entre o poder público e a sociedade garantissem o atendimento e verbas públicas à assistência social, foi preciso gerar “política pública de seguridade como direito do cidadão e dever do

⁵² FALEIROS, V. de P. (2000). Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: Capacitação em serviço social e política social, módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação aberta, continuada a Distância.

⁵³ BRASIL (1999). DECRETO nº. 3.298, 20 de dezembro. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível: <[D3298](#)>. Acesso: 20/11/2023.

⁵⁴ LANNA, J. M. C. M. (2010). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 443p: il. 28X24 cm.

Estado, prevendo um sistema de gestão descentralizado e participativo, cujo eixo é posto na criação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS⁵⁵.

Os anos de 1980 é marcado pela reconstrução da esfera pública no Brasil e uma certa democracia deliberativa⁵⁶. O Governador Leonel Brizola e o Prefeito Jamil Haddad ao realizarem visita ao Lar Escola Francisco de Paula, diante da mobilização popular, começam a estudar uma forma de ajudar (p.14)⁵⁷. Demandas sociais e legais mobilizam funcionários, familiares e a comunidade em geral para reivindicar que o poder público fizesse seu papel na assistência à população carente e com deficiência⁵⁸. O Lar é municipalizado em 25 de novembro de 1983 (Lei nº 453/83) e passou a denominar-se Fundação Lar Escola Francisco de Paula (FUNLAR), inicialmente vinculada ao Gabinete do Prefeito. Observa-se que, no momento de sua criação seus objetivos foram estabelecidos e amparados no que o Lar Escola já oferecia⁵⁹, serviços da assistência social, da área médica e educacional a crianças ditas "normais", com deficiência e carentes, no município. Como verificamos na Lei nº 453, de 28 de novembro de 1983:⁶⁰

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, conjuntamente

⁵⁵ MESTRINER, M. L. (2005) O estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez.

⁵⁶ Trabalhamos com o sentido expresso por Dominick, Garcia e outros (2016, p. 215): “referimo-nos a uma forma específica de procurar superar os limites liberais e de ampliar o espaço democrático, que não se limitam às instituições estatais deliberativas formais, mas abrange ainda as ações racionais e discursos, racionais ou simbólicos, de sujeitos individuais ou coletivos na esfera pública, nos momentos que antecedem as deliberações formais a serem tomadas naquelas instituições e que conformam uma opinião pública participativa e engajada na defesa de um sentido determinado destas deliberações. As ações e os discursos desses sujeitos identificam ou produzem novas questões sociais a serem integradas na pauta política a ser enfrentada pelas instituições democráticas, delimitam polêmicas, demarcação de campos de opinião e interesse, geram propostas e criam as condições para a formação de consensos sobre estes temas, ainda que precários e passíveis de revisão a qualquer tempo”.

DOMINICK, R. dos S.; GARCIA, J. C. da S.; SILVA, C. M.; FONTES, L. M. A.; PEREIRA, D. NASCIMENTO, L. F.; SILVA, I. C.; MARTINEZ, C. G; MESQUITA, D. P.; LABELLE, P. (2016). “Desafios à brasileira e aos seus profissionais: diversidade e inclusão”. In: SANTIAGO, M. C. e AKKARI, A. (orgs). Em Formação de professores: perspectivas interculturais. p. 173-206. RJ: Editora Autografia.

⁵⁷ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2008). "Rio: por uma cidade inclusiva". Secretaria da Pessoa com Deficiência: RJ/1ª edição.

⁵⁸ LANNA, J. M. C. M. (2010). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 443p: il. 28X24 cm.

⁵⁹ Não há referência ao prédio da Rua Senador Nabuco, onde nasceu a Associação Espírita Abrigo Francisco de Paula.

⁶⁰ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). LEI Nº 453, DE 28/11/1983. Disponível em: [dispõe sobre a codificação institucional da fundação municipal lar escola francisco de paula](#).

> . Acesso em: 19 jul. 2023.

com o Lar Escola Francisco de Paula e a Associação Espírita Francisco de Paula, uma fundação, vinculada ao Gabinete do Prefeito, com a denominação perpétua de Fundação Municipal Lar Escola Francisco de Paula, tendo como finalidade primordial promover assistência social, médica e educacional a crianças normais e excepcionais, carentes, do Município do Rio de Janeiro. Parágrafo Único - A Fundação a ser instituída incorporará todo o acervo do Lar Escola Francisco de Paula, passando a ser sua sucessora para todos os fins de direito.

[...]

Art. 3º - O patrimônio da Fundação será constituído: a) pelo acervo total dos bens pertencentes ao Lar Escola Francisco de Paula) pelos bens que lhe destinar a Associação Espírita de Francisco de Paula, entre eles, obrigatoriamente, o imóvel situado na Rua Correia de Oliveira nº 21, em Vila Isabel, na Cidade do Rio de Janeiro, e todos os equipamentos, materiais, móveis e utensílios de sua propriedade atualmente utilizados pelo Lar Escola Francisco de Paula) pelos recursos que lhe destinar o Município do Rio de Janeiro) por contribuições e doações; e) pelas suas rendas eventuais (PCRJ, 1983).

No panorama nacional, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, foi um marco histórico no direito das pessoas com deficiência. A Constituição de 1988 e a legislação complementar estabeleceram direitos, embora nem todos estejam efetivados ainda hoje, pois durante a Pandemia da COVID 19 houve embates com o poder público municipal e estadual para garantir prioridade de vacinação para PCD.

A Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989⁶¹, dispôs sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora⁶² de Deficiência. Estavam sendo consolidadas as normas de proteção social que, posteriormente, foram regulamentadas pelo Decreto Federal nº 3298/99⁶³. A consolidação dos direitos humanos tornou-se marcante, devido ao seu conteúdo:

Art. 1º. A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência.

Art. 2º Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de

⁶¹ BRASIL (1989). LEI Nº 7.853, 24 de outubro. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível: <[BaseLegislação daPresidênciaRepúblicaLei nº 7.853](#)>. Acesso: 28/11/2023.

⁶² Na época, essa era a forma como se referiam às pessoas com deficiência na legislação brasileira.

⁶³BRASIL (1999). Decreto 3298 - Planalto. Disponível em: [D3298](#). Em 17/08/2023.

seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1999).

Entre tramas, nasce uma Secretaria no Rio de Janeiro

Em 2010, no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade era de cerca de 6 milhões e 320 mil⁶⁴. O site do IBGE⁶⁵ mostra que 5.559.923 pessoas com mais de 10 anos de idade que se declararam com algum tipo de deficiência ou dificuldade mental/intelectual, para se locomover, ouvir ou ver. Os dados da prefeitura⁶⁶ demonstram que a SMPD possuía cerca de 1.559 usuários com deficiência matriculados nos seis Centros Municipais de Referência da Pessoa com Deficiência (CMRPDs).

Os serviços da FUNLAR passaram a se destacar como referência para a população com deficiência, dando visibilidade às reivindicações dos movimentos sociais na cidade do Rio de Janeiro. Como parte de uma política de descentralização dos serviços, a gestão municipal construiu a Unidade de Campo Grande⁶⁷, que foi entregue ao público em 1993, com o objetivo de oferecer atendimento a PCD em outras regiões da cidade. Em 1992, ocorreu o primeiro concurso público para a FUNLAR.

O Programa de Reabilitação Baseado na Comunidade (RBC)⁶⁸, foi desenvolvido pela FUNLAR, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), da Prefeitura⁶⁹. Iniciou-se como um projeto, em 1994, numa parceria entre a fundação e a Associação de Moradores de Vila Progresso, no

⁶⁴ Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>> (05/01/2021).

⁶⁵ Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/pesquisa/23/23612>> (05/01/2021).

⁶⁶ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2017). Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio 2020: mais solidário e mais humano. Documento da prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível:<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91390/4255808/PLANOESTRATEGICO20172020.pdf>>. Acesso: 22/11/2023.

⁶⁷ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2008). "Rio: por uma cidade inclusiva". Secretaria da Pessoa com Deficiência: RJ/1ª edição.

⁶⁸ Internacionalmente, como resultado da Declaração de Alma-Ata (URSS, set./1978), houve a proposta da Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC), estratégia para melhorar o acesso aos serviços de reabilitação às PCD nos países em desenvolvimento (OMS, 2010).

⁶⁹ SILVA, L. e FARIA, V. M. (2004). "Programa de Reabilitação Baseado na Comunidade". Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 9, n. 43: p. 9-26. Disponível: <<http://www.spell.org.br/30154/programreabilitabacomunida/i/pt-br>>. Acesso: 13/11/2023.

bairro de Vila Kennedy, na zona oeste. No mesmo ano, o Programa de Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência, do Ministério da Saúde, adotou como objetivo a atenção integral da pessoa com deficiência no Sistema Único de Saúde.

Havia um enorme problema social para acessar os serviços públicos por parte da população mais carente, especialmente as que habitavam nas comunidades com vielas nas encostas. Foram delimitados níveis de complexidade e descritas ações de prevenção, detecção precoce, diagnóstico, tratamento, reabilitação e integração social. O RBC, no Rio de Janeiro, se mostrou inovador, por sua atuação ampliada no espaço social pois buscava habilitar não só a PCD, mas a própria família e a comunidade, desconstruindo a concepção de pessoas incapazes⁷⁰.

A FUNLAR, através de seus programas e unidades, passa a estar presente em quase toda a cidade a partir de 1994, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) que, em 2021, passou a ser denominada Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). O RBC foi criado devido a:

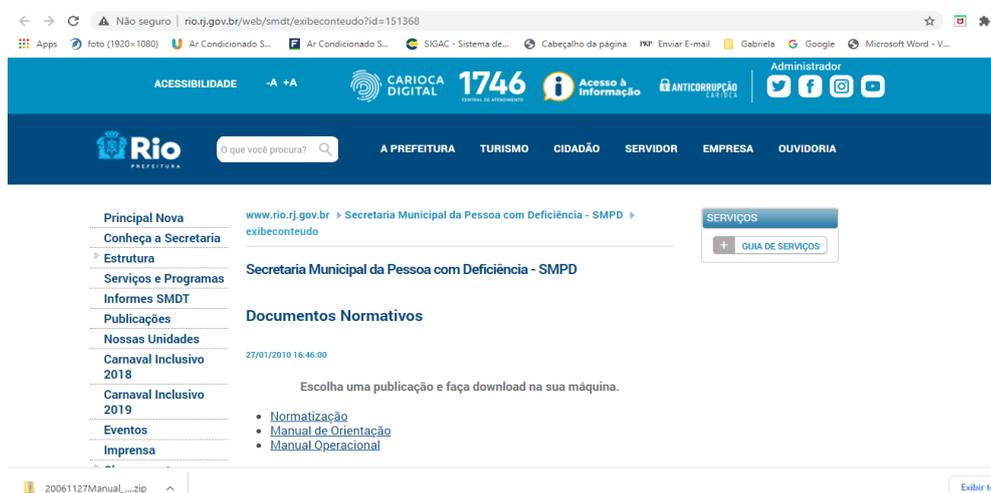
[...] constatação de dificuldade de acesso à reabilitação das pessoas portadoras de deficiência residentes em comunidades carentes. Inicialmente era constituído de 3 equipes interdisciplinares, prioritariamente na Zona Oeste. Porém, em 1998, foi elevado a status de programa contando com 7 equipes. Em 1999 foi publicado em Diário Oficial a criação da Coordenadoria de Reabilitação em Comunidade. Em 2000, o Ministério da Previdência e Assistência Social através da SEAS (Secretaria do Rio de Janeiro), instituiu a Reabilitação em Comunidade como modalidade de prestação de serviço à pessoa portadora de deficiência.

A RBC, implementada em vários países, visava democratizar serviços, através da descentralização e da itinerância. A FUNLAR abraçou o programa seguindo as diretrizes internacionais e nacionais. Identificamos a existência de alguns documentos da SMPD: Normatização (2004), Manual de Orientação (2004) e Manual Operacional (s/d), que podem ser baixados no site da Prefeitura, atualizado em 27/01/2010 (Figura 08), mas que não circulavam como informação

⁷⁰ DE ALMEIDA, M C; CAMPOS, G. W. S. (2002) Políticas e modelos assistenciais em saúde e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência no Brasil: análise de proposições desenvolvidas nas últimas duas décadas. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 13, n. 3, p. 118-126, 2002. [Políticas e modelos assistenciais em saúde de pessoas portadoras de deficiência no Brasil: análise de proposições dRevistadeTerapiaOcupacionalUSP](#)

ou documentos orientadores para os profissionais que estavam até o ano de 2020, trabalhando no sistema.

Figura 8 - Site da SMPD, em 2010.



Fonte :< <http://www.rio.rj.gov.br/web/smdt>>. Acesso: 10/12/2016.

Com orientações e informações diversas, identificamos no Manual de Normatização da Prefeitura da Cidade (2004), um histórico que explicita o estabelecimento de competências da área da Assistência Social e do processo de descentralização da atenção às pessoas com deficiência.

A SEAS (Secretaria de Estado de Assistência Social), órgão executivo e deliberativo das Políticas de Assistência Social do MPAS, considerando o estabelecido na LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) e PNAS (Política Nacional de Assistência Social), através da Portaria n° 2.854 /2000 instituiu novas modalidades de atendimento, garantindo o custeio das modalidades anteriores até sua cobertura integral pelo SUS (Sistema Único de Saúde), dentro das metas definidas para cada Município.

As modalidades de atendimento, objeto de contínuo processo de monitoramento e avaliação, para aprimorar as ações e a rede de assistência sob responsabilidade das cidades, considerando a necessidade de unificação dos Programas Sociais no Rio de Janeiro, foi estabelecida pela Portaria n° 2.854⁷¹:

⁷¹ BRASIL (2000). Portaria n° 2.854, 19 de julho. Ministério da Previdência e Assistência Social. DOU de 20/07/2000 (n° 139-Eletrônico, Seção 1, pág. 12). Disponível: <[SECRETARIADEESTADODEASSISTENCIASIALPORTN°2.87430/08](http://www.planalto.gov.br/ccivil/00/porta2854.htm)> Acesso: 20/11/2023.

[...] a SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), instituiu, através da Resolução 399/2003, a Rede Única de Assistência Social, ficando a FUNLAR (Fundação Municipal Francisco de Paula) com a responsabilidade técnica da supervisão das Instituições que compõem esta rede e executam programas voltados para Pessoas com Deficiência⁷².

No Decreto Nº 25.043, de 2005⁷³, estão presentes instruções normativas que buscavam transparência e aprimoramento do processo de supervisão da rede e expressavam as conexões originárias da FUNLAR para atendimento à PCD.

Em 2001, a Prefeitura firmou convênio com o Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) para reformar uma propriedade na Av. Presidente Vargas, nº 1997. O INSS tinha ali funcionando, entre os anos de 1993 e 2000, o Centro de Reabilitação Profissional do Rio de Janeiro, que devido a reestruturações no órgão havia perdido suas funções.

Foi instalado o CIAD (Centro Integrado à Pessoa com Deficiência), pensado como um lugar onde a PCD pudesse encontrar serviços que atendessem suas demandas. O CIAD foi entregue à população, em 2003, com o objetivo de promoção e inclusão da pessoa com deficiência e sua família em um único espaço⁷⁴.

Hoje, há atendimento realizado pelas Secretarias Municipais da Pessoa com Deficiência, de Educação, da Saúde, de Trabalho e Renda, do Esporte e Lazer, de Transporte e da Previdência Social. Conforme o site institucional⁷⁵ da PCRJ, além do CIAD Mestre Candeia, há sete CMRPDs, nos bairros de: Vila Isabel, Campo Grande, São Conrado, Irajá, Centro, Santa Cruz e Mato Alto.

As diretrizes gerais para execução de Programas de Atenção às Pessoas com Deficiência no Rio de Janeiro, financiados com recursos da Assistência Social, foram definidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e pelas Políticas Nacionais de Assistência Social e da Integração da Pessoa com Deficiência,

⁷² FONSECA, T. M. A. (2013). A incorporação da atenção à deficiência pela política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8444/1/TatianaMDaFonseca.pdf>.

⁷³ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) 2005. Decreto 25043. Disponível em: <[dispõe sobre a codificação institucional da fundação municipal lar escola francisco de paula](#)>. Acesso em: 19 jul. 2023.

⁷⁴ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro), 2008, p.34.

⁷⁵ Informação disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/documents/91285/a1d9ad87-cc39-4a34-a679-31669798139d>> (05/12/2023).

através da Portaria nº 2.854/00 (Brasil, 2000)⁷⁶. A SMPD instituiu Documento Preliminar com orientações normativas intitulado “Atenção às Pessoas com Deficiência pela Assistência Social no Município do Rio de Janeiro” (PCRJ, 2004). Este oferecia subsídios e orientações aos atendimentos no órgão.

A Lei Municipal nº 3.882, de 28 de dezembro de 2004⁷⁷ criou o cargo de Secretário Extraordinário Deficiente Cidadão (SEDECI). No início de 2007, a FUNLAR RIO tornou-se vinculada concomitantemente ao Secretário Extraordinário e à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), até a criação da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência no final do mesmo ano.

A Lei 4.595, de 20 de dezembro de 2007⁷⁸, criou a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência do Rio de Janeiro, com o objetivo de ampliar a inserção da PCD na sociedade, mediante a implementação de políticas públicas estimuladoras da autonomia e independência dessas pessoas.

Em 2009, na SMPD teve início a implantação de políticas públicas visando atendimento especializado para pessoas com transtorno do espectro autista (TEA). Em 2011, foi inaugurado formalmente o Centro de Referência Rinaldo Delamare, em São Conrado.

Em 2012, foram inaugurados dois CRMPDs, em Irajá e em Santa Cruz, administrados por uma Organização Social (OS). Desde 2012 a SMPD elaborou documentação para a contratação de empresa de gestão, visando compor o quadro de funcionários das novas unidades e parecia que caminhávamos para uma inclusão social real das PCD e suas famílias.

Havia profissionais atuando nos movimentos sociais com papel fundamental no Rio de Janeiro e no Brasil para garantir direitos e tal luta refletiu-se em

⁷⁶ BRASIL (2000). Portaria nº 2.854, 19 de julho. Ministério da Previdência e Assistência Social. DOU de 20/07/2000 (nº 139-Eletrônico, Seção 1, pág. 12). Disponível em: <[SECRETARIADEESTADODEASSISTÊNCIASIALPORTNº2.87430/08](#)> Acesso: 20/11/2023.

⁷⁷ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) (2004). Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/LegislativosOpenDocument> Acesso em: 16 jun. 2023.

⁷⁸ PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) (2007). Disponível em: <[Lei Ordinária 4595 2007 de Rio de Janeiro RJ](#)> Acesso em: 16 jul. 2022.

conquistas e avanços consolidados na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência⁷⁹ (BRASIL, Lei nº. 13.146/2015)⁸⁰.

Contudo, em 2017, o atendimento à PCD passou a ser oferecido pela Subsecretaria da Pessoa com Deficiência (SUBPD) que, caminhando na contramão da história, a gestão do município, que findou em 2020, conduziu para um progressivo desinvestimento financeiro e nas políticas de atendimento à população com deficiência na cidade. De fato, o desmantelamento do Programa de Reabilitação Baseado na Comunidade se deu a partir de 2011, pois a ideia de criação dos CIADs e diminuir o atendimento do RBC demonstrou ser um retrocesso nas políticas públicas do município.

Os dois deveriam coexistir. É bem verdade que o momento histórico era outro, as demandas da população chegavam aos órgãos públicos e a sociedade civil se reorganizou. Os CIADs representam um avanço para a população com deficiência ao possibilitar um espaço onde podem ser encontrados serviços diversos para resolução de demandas, reivindicações e acesso a direitos.

Não identificamos, no entanto, normativas governamentais atualizadas para o trabalho dos servidores e para os contratados da Organização Social (OS) que executa os encaminhamentos. Há uma carta de orientação aos usuários. Mas, quais são as diretrizes aos servidores e contratados? Não encontramos orientações explícitas que contribuíssem para a construção de uma comunidade do discurso, visto que desde 2012 não está disponível, material novo on-line ou impresso para orientar os atendimentos às PCD no município.

Assim, apesar da legislação apresentar os direitos das PCD, na recente pandemia da COVID 19, alguns pais tiveram de recorrer ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para garantir prioridade para que pessoas maiores de 18 anos com deficiência, na cidade do Rio de Janeiro, fossem vacinadas⁸¹.

⁷⁹ BRASIL (2015). Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei 13.146. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015. Disponível:< [LEINº13.146, DE6DEJULHODE2015](#)>. Acesso: 25/11/2023.

⁸⁰ Seu propósito é adequar políticas públicas e legislação às obrigações contidas na Convenção da Organização das Nações Unidas (2013) ao contexto brasileiro, ratificada pelo Brasil com equivalência de emenda constitucional.

⁸¹ Informação disponível em <<https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/103516>>. Acesso: 31/05/2021.

Conclusões com fios soltos

Buscamos narrar alguns dos aspectos que encontramos e que teceram a história da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD) do Rio de Janeiro responsável por estimular, gerar e implementar políticas públicas para PCD na cidade. Hoje, sabemos que entre avanços e retrocessos, muitas conquistas aconteceram ao longo da trajetória que construiu políticas e as instituições públicas de apoio às pessoas com deficiência na cidade do Rio de Janeiro. O estudo significou para nós um aprendizado importante sobre a possibilidade de se unirem pessoas, instituições religiosas e imprensa para garantir alguma inclusão em tempos nos quais o Estado não se comprometia com este aspecto da gestão pública e que a PCD não era vista como cidadão, ou no máximo como uma pessoa que deveria receber caridade.

A mobilização da sociedade civil organizada tem garantido alguns direitos, mas preciso, resgatar memórias de ações do passado que interviam na esfera pública e potencializaram políticas de visibilidade dos invisíveis. As instituições públicas voltadas para pessoas excluídas, especialmente as com deficiência, não avançaram como desejávamos e segundo as necessidades da população da cidade do Rio de Janeiro. Mas, o processo de redemocratização do país, impulsos gerados por órgãos internacionais, legislação nacional, a criação de uma Secretaria e alguma verba destinada a gastos e pagamento de pessoal tem contribuído para um mínimo de atendimento aos direitos das PCD, pois reconhecemos ser ainda precária a assistência social prestada no Brasil e no município do Rio de Janeiro: nem um quarto das pessoas que necessitam de serviços especializados têm acesso ao mesmo ainda hoje.

Nossa busca por ampliar a compreensão e sistematizar aspectos da trajetória do órgão SMPD gerou relatório entregue a gestores e profissionais da instituição, mas apesar de nossa vontade por entender e inovar os caminhos com relação à legislação atual, a forma contraditória como se move o governo da cidade e a sinalização da falta de uma orientação de políticas para além do assistencialismo histórico ainda persistem. Quem sabe, com os ventos balançando as pontas soltas, conseguiremos dar visibilidade ao que está faltando ser visto e uma gestão democrática no órgão possa vir a tecer novos bordados? Identificamos

uma herança que ainda precisa ser superada nos processos de inclusão das pessoas com deficiência no atendimento prestado na SMPD que vem da orientação da caridade, do voluntariado e da falta de profissionalismo. Isso não significa afirmar que temos de abandonar o “coração” das políticas de inclusão do passado, mas compreendermos que estamos vivenciando outro momento político que demandam práticas instituintes. Quando identificamos a falta de orientações escritas e divulgação das existentes para os profissionais e os usuários da Secretaria Municipal das Pessoa com Deficiência e posteriormente na subsecretaria percebemos que as dificuldades para o atendimento ao público, gerando interpretações equivocadas e, conseqüentemente, conflitos poderia ser um gesto político e não um “acaso”. Ainda marcadas pelas práticas assistencialistas, de voluntariado ou por ações isoladas de bondades, os gestores de órgãos públicos devem organizar políticas sociais voltadas à universalização dos direitos sociais e implementar gestões democratizadas, descentralizadas e profissionalizadas. Mas, é perceptível que nem sempre essa concepção está presente nas práticas da SMPD, pois não dialogam com o que vem sendo proposto em leis federais.

Nestes fios que hoje constituem o atendimento às pessoas com deficiência no Rio de Janeiro há profissionalização e há uma visão de filantropia e mesmo de gestão personalizada antitética com a sociedade pós constituição de 1988 e com a legislação vigente. Há uns fios que retomam aspectos da antiga LBA, com gestores(as) sem qualquer preparo para geração de uma interferência estatal garantidora de um mínimo de inclusão da pessoa com deficiência, que não esteja ligada à competição dominante nos meios neoliberais ou que ganhe o caráter de “personalização” da bondade feminina.

A falta de envolvimento de históricos profissionais, de acesso e escrita de novos documentos na secretaria conduzem a grave processo de apagamento da memória coletiva de políticas e do papel atual da própria instituição. Não defendemos que todas as memórias sejam igualmente incluídas da diversidade e potencializadoras de reconhecimento de direitos, mas o encontro entre as histórias contadas pelos sujeitos, que transitam pelo ou habitam o espaço, pode evitar não apenas o aniquilamento do passado, mas dificulta a construção de uma

comunidade de diálogo que gere potencial instituinte para a inclusão social e política de grupos e indivíduos severamente excluídos na nossa história.

Hoje, há participação de pessoas com deficiência e de seus parentes em diferentes espaços políticos. Mas, percebe-se um arrefecimento no discurso democratizador na gestão pública e ainda é forte a lógica da “caridade” entre os profissionais. A existência de legislação que garante direitos e deveres nem sempre aparece tramando relações nos espaços, pois há um esgarçamento, desde 2016, nos conselhos e órgãos de participação paritária da sociedade civil também no município do Rio de Janeiro, inclusive entre os movimentos de PCD na cidade. Compartilhar memórias é um caminho que pode ajudar na reinvenção da vida. Criar comunidades de experiência, por meio de comunidades de discurso, visa construir novas redes de solidariedade cidadã que, através do exercício e do reconhecimento dos direitos, estabelecem modos democráticos de criatividade social, possibilitam que políticas públicas sejam discutidas com usuários e servidores, registradas formalmente e disponibilizadas de forma aberta para a sociedade.

Ainda há lacunas que demandam estudos sobre a SMPD em seus diversos momentos. Temos perguntas: Como a gestão do trabalho existente passou da irmandade católica para a espírita? Quais eram os objetivos e de que forma as atividades eram realizadas nas diferentes instituições que antecederam à Secretaria? Com quais princípios? Como contribuir para a superação da lógica caritativa que circula entre funcionários e usuários dentro das unidades do órgão sem perder aspectos de humanidade e garantindo direitos?

Os caminhos políticos, históricos e culturais das PCD no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro ainda têm sido marcados pela precariedade de verbas públicas e por motivações que se caracterizam ora pela concepção de assistencialismo, ora por um abandono da assistência social e não garantia de direitos. É preciso politizar a discussão, pois tais concepções são mais limitantes do que a própria deficiência. É necessário que os órgãos construam articulações externas e internas que contribuam para a superação de barreiras atitudinais, pois essas são piores do que as barreiras físicas. A luta ainda é contra “o coitadismo” discriminatório e disfarçado pelo discurso benemérito expresso pelo “melhor pouco do que nada”.

A inclusão das pessoas com deficiência precisa tomar o sentido do reconhecimento dos direitos civis para seguir a direção da consolidação de políticas públicas dentro do estado democrático de direitos.

O legado daqueles que passaram e seus esforços para tornar a instituição o que é hoje não pode ser esquecido, ele é fruto de uma mobilização social que tornou possível os avanços relativos à inclusão, mas não podemos repetir o que precisa ser superado. Os esforços e as vozes do passado devem nos servir como o fio de Ariadne e nos tirar no labirinto do Minotauro. É preciso criar diálogos onde a diversidade seja o alinhavo para a construção de uma sociedade em que há movimentos favoráveis à cidadania para todos, sem precisar de nenhum outro adjetivo, com verbas públicas sendo democrática e transparentemente administradas.

Conclui-se que o esforço para se alcançar os objetivos institucionais da SMPD perpassa por reconhecer sua história, nela identificar as conquistas e amarras para superar os desafios dos dias atuais, por meio de espaços cada vez mais instituintes.

Referências

ATHAR, P. T. C e DOMINICK, R. S. (2019). Relatório sobre o profissional de Educação Física no trabalho interdisciplinar do Eixo da Qualidade de Vida, Educação, Esporte e Cultura da Subsecretaria da Pessoa com Deficiência no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. CPG em Diversidade e Inclusão. Niterói, 118 f. Disponível: <[Dissertação de mestrado](#)> Acesso: 07/12/2023.

AZEVEDO, F. de A. et al (2010). Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959). Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 122 p. (Coleção Educadores). Disponível: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdf>>. Acesso: 01/12/2023.

BARBOSA, M. T. (2017). Legião Brasileira de Assistência: o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946). Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. Disponível: <[Legião brasileira de assistência \(LBA\): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra \(1942-1946\)](#)> . Acesso: 07/01/2023.

BENJAMIN, W. (1985). Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura. SP: Brasiliense. V. 1. Disponível: Obras escolhidas. Acesso: 23/11/2023.

BOSI, E. (1994). Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras. Disponível: <MEMÓRIA E SOCIEDADE>. Acesso: 03/12/2023.

BRASIL (1824). CONSTITUIÇÃO DE 25 DE MARÇO DE 1824. Base Legislação da Presidência da República - Constituição de 25 de março de 1824. Em 17/07/2022.

BRASIL (1960). Decreto nº 48.961, 22 de setembro. Institui a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais. Recuperado. Disponível: <Legislação Informatizada - Decreto nº 48.961, de 22 de Setembro de 1960>. Acesso: 28/11/2023.

BRASIL (1989). LEI Nº 7.853, 24 de outubro. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível: <BaseLegislação daPresidênciaRepúblicaLei nº 7.853>. Acesso: 28/11/2023.

BRASIL (1995) DECRETO Nº 1.686 DE 26 DE OUTUBRO DE 1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/2026>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL (1999). DECRETO nº. 3.298, 20 de dezembro. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível: <D3298>. Acesso: 20/11/2023.

BRASIL (2000). Portaria nº 2.854, 19 de julho. Ministério da Previdência e Assistência Social. DOU de 20/07/2000 (nº 139-Eletrônico, Seção 1, pág. 12). Disponível: <SECRETARIAESTASSISTÊNCIASNº2.87430/08> Acesso: 20/11/2023.

BRASIL (2008). A pessoa com deficiência e o Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. Disponível: <AtençãoàdeficiêncianoSUS>. Acesso: 25/11/2023.

BRASIL (2009). Decreto nº 6.949, 25 de agosto. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York. Disponível: < [Decreto6949/09Presidênciaada](#)>. Acesso: 25/11/2023.

BRASIL (2011). Decreto nº 7.612, de 17 de novembro. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Disponível: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/decreto_7612>. Acesso: 25/11/2023.

BRASIL (2015). Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei 13.146. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015. Disponível:< [LEINº13.146, DE6DEJULHODE2015](#)>. Acesso: 25/11/2023.

BRASIL (2017). Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Ministério dos Direitos Humanos Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Disponível: <[Direitos Das Pessoas com Deficiência](#)>. Acesso: 25/11/2023.

BRASIL. Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973. Poder Executivo Federal. [Decreto nº 72.425, de 3 de julho de 1973](#). Em 16/06/2022.

CORREIO DA MANHÃ. Biblioteca Nacional Digital. /BND/CdM. Disponível: <[ColeçãoDigitaldeJornaiseRevistasdaBibliotecaNacional](#)>. Acesso: 20/11/2023.

DA SILVA, L.; DE FARIA, V. M. Programa de Reabilitação Baseado na Comunidade. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 9, n. 43, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/fc192a9e-e8ee-4cf6-bd79-229483534425/content>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

DE ALMEIDA, M C; CAMPOS, G. W. S. (2002) Políticas e modelos assistenciais em saúde e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência no Brasil: análise de proposições desenvolvidas nas últimas duas décadas. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 13, n. 3, p. 118-126, 2002. [Políticas e modelosassistenciaisem saúreabde pessoas portadoras de deficiência no Brasil: análise de proposições dRevistadeTerapiaOcupacionalUSP](#). Em 16/06/2022.

DOMINICK, R. dos S. (2003). Imagens - memórias vividas e compartilhadas na formação docente: os fios, os cacos e a corporificação dos saberes. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.]. D713i. Disponível: <[RepositórioUNICAMP-Rejany](#)>. Acesso: 25/11/2023.

DOMINICK, R. dos S.; GARCIA, J. C. da S.; SILVA, C. M.; FONTES, L. M. A.; PEREIRA, D.; NASCIMENTO, L. F.; SILVA, I. C.; MARTINEZ, C. G; MESQUITA, D. P.; LABELLE, P. (2016). In: "Desafios à brasileira e aos seus profissionais: diversidade e inclusão". Em Formação de professores: perspectivas interculturais, editado por SANTIAGO, M. C. e AKKARI, A. p. 173-206. RJ: Editora Autografia.

FALEIROS, V. de P. (2000). Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: Capacitação em serviço social e política social, módulo 3. Brasília: UnB, Centro de Educação aberta, continuada a Distância.

FONSECA, T. M. A. (2013). A incorporação da atenção à deficiência pela política de Assistência Social no município do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói. Disponível: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8444/1/TatianaMDaFonseca.pdf>>. Acesso: 10/05/2021.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Biblioteca Nacional Digital - Hemeroteca Digital Brasileira. Periódico: Correio da Manhã. Período: 1920 a 1960. Pesquisa: "Lar Francisco de Paula". Centro Especial da Criança Deficiente. Disponível: <[Coleção Digital Jornais Revistas Biblioteca Nacional](#)>. Acesso: 21/11/2023.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. (1982). Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez.

LANNA, J. M. C. M. (2010). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 443p: il. 28X24 cm.

LINHARES, C. e HECKERT, A. L. (2009). "Movimentos instituintes nas escolas: afirmando a potência dos espaços públicos de educação". RevistAleph, n. 12, 22 set. Disponível: <[Vista do MOVIMENTOS INSTITUINTES NAS ESCOLAS:AFIRMANDO A POTÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO](#)>. Acesso: 02/12/2023.

MAIOR, I. M. M. (2018). "A política de inclusão da pessoa com deficiência como questão de direitos humanos". Revista Científica de Direitos Humanos, 1.1. Disponível: <[Apolíticadeinclusãodapessoacomdeficiênciacomoquestão](#)>. Acesso: 03/12/2023.

MENDES, E. G. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional. 1995. Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional | São Paulo; s.n; 1995. 387 p.. Em 11/04/23.

MESTRINER, M. L. (2005) O estado entre a filantropia e a assistência social. São Paulo: Cortez.

MIRANDA, A. A. B. (2008). "Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico". Cadernos de História da Educação, v. 7. Disponível: <EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO>. Acesso: 11/11/2023.

MOISES, R. R.; STOCKMANN, D. (2020). "A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos". History of Education in Latin America-HistELA, 3:e20780-e20780. Disponível: <Apessoacomdeficiêncianocursodahistória>. Acesso 29/11/2023.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) (2004). Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsfOpenDocument> Acesso em: 16 jun. 2023.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) (2007). Decreto 28887. Disponível em: <institui a estruturasmpd>. Acesso em: 15 jun. 2022.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) (2007). Disponível em: <Lei Ordinária 4595 2007 de Rio de Janeiro RJ> Acesso em: 16 jul. 2022.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) (2017) SUBSECRETARIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DAS 10 A COORDENADORIA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DAS 09 Decreto Rio No 42.870 de 03 de fevereiro de 2017 ORGANOGRAMA. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/documents/91285>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) 2005. Decreto 25043. Disponível em: <dispõe sobre a codificação institucional da fundação municipal lar escola francisco de paula.> . Acesso em: 19 jul. 2023.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2008). "Rio: por uma cidade inclusiva". Secretaria da Pessoa com Deficiência: RJ/1ª edição.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2017). Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro. Rio 2020: mais solidário e mais humano. Documento da prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível:<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstaticPLANOESTRATEGI.pdf> t>. Acesso: 22/11/2023.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). (2020). Conheça a Secretaria. Documento da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Disponível: <[Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – SMPD – Portal Carioca Digital](#) >. Acesso: 06/12/2023.

PCRJ (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro). LEI Nº 453, DE 28/11/1983.Disponível em: [dispõe sobre a codificação institucional da fundação municipal lar escola francisco de paula.](#) > . Acesso em: 19 jul. 2023.

SASSAKI, R K. (2007). Nada sobre nós sem nós: da integração à inclusão. Rev. Nac. Reabil, v. 10, n. 57, p. 8-16. Disponível: [NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS: da integração à inclusão.](#) Acesso: 16/07/2022.

SILVA, L. e FARIA, V. M. (2004). “Programa de Reabilitação Baseado na Comunidade”. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 9, n. 43: p. 9-26. Disponível: <<http://www.spell.org.br/30154/programareabilitabasecomunida/i/pt-br>>. Acesso: 13/11/2023

SPOSATI, A; BONETTI, D. A. YAZBEK, M. C. FALCÃO, M. C. B. (2008). A assistência na trajetória das políticas públicas brasileiras: uma questão em análise. 10 Editora, São Paulo: Cortez.

STONE, L. (1991). O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história. Revista de História, n.2/3, IFCH, UNICAMP.

UNICEF (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso: 16/07/2023.

YIN, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa do início ao fim. Penso Editora. Porto Alegre. RS.